

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembleias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico, caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico, caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico, caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduada Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduada Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?

2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?

3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?

5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?

5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?

6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico, caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim é feita uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explícito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduada Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico, caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembleias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduada Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico, caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?

2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?

3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?

5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?

5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?

6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico, caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduada Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduada Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico, caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutir o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduada Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretário da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduanda Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: a primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA-SE

¹ Alexandra Santos Cunha,
Paloma Guimarães Ferreira,
Telma Costa Souza de Albuquerque
² Janilce Santos Domingues Graça

RESUMO

O presente trabalho procura inicialmente fazer uma abordagem sobre o desenvolvimento da educação especial do município de Itabaianinha-SE com interesse em ressaltar a inclusão socio-educacional. Como referencial teórico adotamos Rita de Cácia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales entre outros. Um estudo de caso com o intuito de verificarmos as tendências educacionais adotadas pelo corpo docente em suas práticas pedagógicas, procurando verificar as origens do desenvolvimento educacional dessas crianças na escola enquanto instituição. Logo em seguida enfocaremos a contribuição do professorado, as dificuldades e contribuições deste modelo de educação, através da interação do município e a realidade social do educando.

Palavras – chave: educação especial, inclusão, realidade social.

ABSTRACT

This paper attempts to make a first approach to the development of special education in the municipality of Itabaianinha-SE with an interest in highlighting the social and educational inclusion. Adopted as a theoretical Cacia Rita Santos Souza Cost,a Juraci Santana, Rosita Edler Carvalho, Jose Antonio Torres Gonzales among others. A case study in order to verify the educational trends adopted by faculty in their teaching, seeking to verify the origins of the educational development of these children in school as an institution. Soon afterwards we will focus on the contribution of teachers, the difficulties and contributions of this model of education, through the interaction of the municipality and the social reality of the student.

Key - Words: special education, inclusion, social reality

¹ Alunas do Curso de Pedagogia da Universidade Tiradentes.

² Graduada em Pedagogia, Especialista em Psicopedagogia, Mestre em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela UFS.

1 . INTRODUÇÃO

A educação especial engloba uma imensa diversidade de necessidades educacionais especiais, assim como uma equipe multidisciplinar composta pelos mais diversos profissionais e especialistas. Seu objetivo principal é promover uma melhor qualidade de vida aqueles que, por algum motivo, necessitam de um atendimento adequado à sua realidade física, mental, sensorial e social. O presente artigo aborda a questão da Educação Especial/Educação Inclusiva, mostrando o desenvolvimento educacional das pessoas com necessidades especiais. A partir deste trabalho foi possível percebermos como a exclusão ainda é gritante, mas ainda há instituições que se mostram dispostas a reverter este quadro.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar o desenvolvimento do ensino para as pessoas com necessidades educacionais especiais do município de Itabaianinha-SE citando suas evoluções e as suas principais problemáticas, para isso contamos com a colaboração dos professores, pais de alguns alunos, coordenação da escola. Para a elaboração do presente artigo foi necessário aplicar questionários e entrevistas com professores das escolas do município que trabalham com esta perspectiva. O desenvolvimento da exposição do estudo abrange considerações sobre a educação especial referente ao Brasil, o estado de Sergipe e o município de Itabaianinha-SE, para fundamentação teórica utilizamos referenciais como Rita de Cassia Santos Souza, Juraci Costa Santana, Rosita Edler Carvalho, José Antônio Torres Gonzales, entre outros.

A preocupação da família, a contribuição, o interesse dos professores e as reflexões da sociedade têm lançado propostas em busca da conscientização e valorização destes indivíduos como seres humanos que tem direito a vida, a educação, ao trabalho, ao lazer e que buscam o exercício da sua cidadania.

Contudo o que notamos é que esta nova visão de educação sofre muito ao ser implantada, a sua aplicabilidade não é nada fácil, mas a força de vontade de uma grande parte da sociedade mostra um real avanço no desenvolvimento cognitivo, social e familiar, mostrando o potencial dessas pessoas.

2. AMBIENTE DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no Município de Itabaianinha, localizado na região centro sul do estado de Sergipe. A cidade localiza-se na região do Tabuleiro sul do estado de Sergipe a 118 km da cidade de Aracaju. Possui uma área de 553 km, sua altitude é de 225 metros acima do nível do mar. Em 1832 Itabaianinha tornou-se vila, como sede na povoação de Nova Tomar do Geru. Em 19 de setembro de 1891, através da lei nº3, Itabaianinha passou á categoria de cidade, mas só em 19 de outubro de 1915, através da lei nº680, foi finalmente emancipada.

Segundo os historiadores Laudelino Freire e Clodomir Silva, afirma em seus escritos que o município teria sido primeiramente uma aldeia de índios. Porém ditos populares afirmam que a localidade foi fundada no século XVIII, por negociantes ambulantes vindo da cidade de Itabaiana Grande, atual Itabaiana e que faziam pousadas no planalto que fica ao lado do “Alto do Urubu”. Pelo aspecto topográfico semelhante com o da povoação de onde os referidos viajantes eram originários e ainda pela semelhança do solo de pedras miúdas. Os negociantes faziam pouso embaixo de um pé de tamarindo que constituiu um dos marcos de sua fundação. Hoje este tamarindo não mais existe, em seu lugar foi plantado outro tamarindo pelo mecânico Raimundo Ferreira Alves. Impressionados com a semelhança entre as duas localidades, os levou a fixarem uma nova, embora pequena, Itabaiana- Itabaianinha.

Outra versão para o nome da cidade decorre do que diziam os antigos moradores que em uma noite enluarada, os mascates se reuniram para se divertirem e fizeram uma dança intitulada “côco” na qual uma moça que os acompanhava, e se chamava “Baianinha” por ter nascido no estado da Bahia, dançava o tal “côco” estrondosamente batendo palma e cantando musicas alegres. Os que assistiam a desconhecida dança, aplaudia cheios de entusiasmo gritando: “Eta baianinha!” e assim surgiu o nome.

A cidade de Itabaianinha passou a ser conhecida como “Princesa das Montanhas”, pelo poeta sergipano João Pereira Barreto, devido a sua localização geográfica, já que é formada por uma cadeias de montanhas, sendo a bela das serras.

Atualmente a cidade de Itabaianinha segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), possui aproximadamente 38.886 habitantes.

Itabaianinha tem a maior quantidade de anões do Estado, concentrada no Povoado Carretéis, a 15 quilômetros da sede do município, local onde começaram a surgir homens e mulheres de baixa estatura. Nesse povoado é difícil encontrar uma pessoa de estatura mediana.

Há informações de que os anões surgiram desde a fundação do município (muitos, hoje, com mais de 80 anos), quando parentes se casaram e acabaram gerando filhos com deficiência hormonal por causa da consanguinidade (casamentos entre parentes). No final dos anos 90, alguns anões foram a São Paulo para se submeter a uma pesquisa e tratamento de crescimento, e chegaram a crescer a cerca de 12 centímetros.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 - Educações Especial no Brasil

A década de 1990 se inicia com dois movimentos aparentemente contraditórios e fortes: de um lado, o desejo de implementação dos direitos sociais recém-conquistados na Constituição Federal de 1988 e a defesa de um novo projeto político-econômico para o Brasil; de outro, Fernando Collor de Mello que assume a Presidência da República, com um discurso demagógico e um projeto neoliberal, traduzindo o “sentimento nacional” de urgência de reforma do Estado para colocar o país na era da modernidade.

Com o ²impeachment de Fernando Collor de Mello em 1992, o então vice, Itamar Franco ao assumir a presidência da República, apresenta um discurso diferente do seu antecessor, ao defender o Estado Nacional, tendo como consequência a redução no ritmo ou um adiamento das privatizações, consideradas por Collor como condição para o ingresso do país na era da modernidade.

Dessa forma, o primeiro quinquênio (1990-1994) da referida década vai ser marcado por discursos e propostas polarizados sobre o papel do Estado na organização econômica e a função do poder público nas áreas sociais. Diante do significativo atraso evidenciado por estatísticas educacionais, é nesse governo que os organismos internacionais (responsáveis pelo patrocínio da Conferência Mundial sobre Educação para Todos) – o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e o Banco Mundial, vão “pressionar” países como o Brasil, e propor o compromisso de priorização da melhoria do desempenho educacional – a “Educação para Todos”, que passa a ser constituir como critério para recebimento de empréstimos internacionais.

² Impeachment sua tradução literal é impugnação de mandato, um termo do inglês que denomina o processo de cassação de mandato do chefe do Poder Executivo, pelo congresso nacional, as Assembléias estaduais e Câmaras municipais para países presidencialista, aos seus respectivos chefes de executivo.

No segundo quinquênio, governado por Collor, o Brasil deu um grande avanço na Educação, pois a democracia tomou o seu espaço valorizando assim a ação palavra da sociedade que foi refletida em melhorias, porém houve discordâncias que ainda que com esta evolução sofresse entraves.

Não há como conciliar democracia com a sérias injustiças sociais, com as formas variadas de exclusão e com as reiteradas violações aos direitos humanos que ocorreram em nosso país. (Carvalho, 2003, p.5)

Na tentativa de colocar em discussão a redefinição do papel do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas sociais, este estudo parte de dois pressupostos: primeiro, que o entendimento de Estado não pode estar dissociado do momento histórico, das relações materiais de existência.

Em 1889, com o advento da República, a educação, mais especificamente a educação especial, ainda não foi totalmente assumida por parte do Estado, passando a existir diferentes situações no território nacional incluindo os estados: São Paulo e Rio de Janeiro, com isso começaram a funcionar algumas classes especiais vinculadas a escolas públicas, sendo que no final da década de 1920 já se encontravam em funcionamento 15 classes especiais, principalmente em escolas estaduais, sendo a maioria no Rio de Janeiro.

Sendo classificada como segundo plano para a União, a educação passou a coordenada por instituições não governamentais principalmente religiosas, no entanto, em relação ao atendimento educacional às pessoas com deficiência não foi diferente, porém com uma presença muito mais incisiva dessas instituições, ficando a oferta dos serviços da educação especial configurada entre o poder público e a sociedade.

O fato de o Estado não realizar uma contribuição satisfatória para educação especial no Brasil, faz com instituições acarrete toda a obrigação de evolução educacional dos portadores de necessidades instituições como a Sociedade Pestalozzi (década de 1930) e a

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE (década de 1950) e das unidades de reabilitação (início dos anos 1960).

Somente a partir da segunda metade da década de 1960 foi que surgiu a ideia de uma educação especial escolar inclusiva. Na LDB 4024/61, pela primeira vez, a educação especial é tratada legalmente, quando o atendimento ao deficiente passou a configurar as políticas públicas educacionais do Estado brasileiro, “regularizando as funções” entre os serviços oferecidos pelo poder público e pelas instituições assistenciais e logo após explicitada novamente na LDB 5.692/71, colocando a questão da educação dos excepcionais como um caso do ensino regular, apresentando a educação como condição para o desenvolvimento da sociedade, dando início dessa forma, a uma política de educação especial com perfil escolar.

Segundo Corrêa, uma das principais estratégias apresentadas é a Reforma do Estado brasileiro, proposta no governo de Fernando Henrique Cardoso com a criação, em 1995, do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), que mantém em seu discurso a não materialização das políticas sociais, com a implantação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, especialmente das políticas educacionais.

3.2 – Educação Especial em Sergipe

Uma sociedade altamente tradicionalista, orientada pelo moralismo católico da época, poi analisando a situação educacional e profissional das minorias sergipanas, segundo Rita de Cassia Santos Souza chega-se a uma conclusão de que índios, negros e mulheres - provavelmente entre eles os deficientes, eram excluídos de tal processo de formação.

A educação era vítima constante das mudanças políticas, e com a mudança da capital de São Cristóvão para Aracaju, foram superados os problemas e ampliou-se o ensino secundário, e Sergipe passou a entrar na era pré-capitalista onde foram crescendo a

quantidade de escolas, e escolas noturnas para operários, porém não se encontra dados do aproveitamento de deficientes no trabalho operário em Sergipe, e no Brasil eram utilizados como mão de obra barata por possuírem alguns tipos de deficiência, em Sergipe talvez não fosse diferente por sempre executar o que ocorre na união só que de forma tardia.

Na segunda década do século XX, a educação dos anormais, como era denominado na época surge como expressão dessa preocupação em projeto apresentado na câmara dos deputados em 14.10.1921, por ocasião da conferência interestadual do Ensino Primário. Representava Sergipe o deputado estadual Antônio Neto que afirmava que educação dos anormais é um importante e vastíssimo tema social de intensa atualidade, inscrito na legislação de povos cultos constitui e presente, frondoso ramo da pedagogia moderna, orientada pela ciência, visando a um elevado espaço social e econômico.

Entre o século XIX e XX, Sergipe passa por dificuldades e foi impulsionado pela sociedade civil a tomar iniciativas para reverter este quadro. Logo depois a preocupação com os deficientes, principalmente mentais, se acentua e a partir daí começa a segregação de todos aqueles que de alguma forma fogem dos padrões estabelecidos como de normalidade e surgem as entidades beneficentes que acolhiam crianças órfãs, idosos doentes e deficientes.

A Educação Especial em Sergipe passa década de 1920 até o início dos anos 1960 sem a criação de instituição voltada para essa clientela, e por sua desconsideração apresentou-se em Sergipe como uma questão de medo, repugnância e falta de consideração com a cidadania, dignidade e qualidade de vida dos portadores de deficiência. A tentativa de mudança de postura diante do sentimento de rejeição e compaixão reflete-se na lei da constituição federal e a lei de diretrizes e bases da educação nacional.

Na constituição de 1967 a mesma ênfase foi atribuída a constituição anterior, destacando-se apenas uma emenda que representa ainda uma segregação dos deficientes, haja vista que estabelece no artigo 157 do título IV- da família , Da Educação e da Cultura que me

especial disporá sobre a assistência a maternidade, a infância e a adolescência e sobre a educação dos excepcionais. Com isso Sergipe tenta dar alguns passos onde encontra rejeição da sociedade preconceituosa que não aceita a inclusão dos portadores de deficiências com os demais.

Em 26 de junho de 1962 Sergipe é contemplada com uma instituição voltada para o deficiente, surge assim o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, desde sua origem com a proposta educacional e preparação para o trabalho, pioneira no estado de Sergipe e terceira no país. Logo após, em 1967 surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais). Enquanto a clientela inicial do Ninota Garcia era para cegos e surdos a APAE sempre foi voltada a portadores Síndrome de Down. Posteriormente ambas as instituições passam a atuar com portadores de deficiência múltiplas.

O Estado só vem a assumir a Educação Especial como sua responsabilidade, no ano de 1973, através da solicitação do MEC (Ministério da Educação e da Cultura) feita ao secretario da educação da época João Cardoso do Nascimento júnior. A implantação dessa modalidade de Educação no Estado foi realizada por uma equipe pedagógica. No início predominava ainda no atendimento educacional o modelo médico baseado em fichas de informações sobre a problemática existente.

A avaliação era feita por essa equipe com bases nessas fichas e testes psicológicos, pedagógicos e neurológicos, cujo os resultados diagnosticavam as crianças com necessidades especiais que eram encaminhadas as classes especiais classificadas como dependentes, treináveis e educáveis.

As primeiras classes instaladas efetivamente se deram na Escola de 1º Grau 11 de Agosto em 1977, equipada com uma sala de recursos, que deveria atender a criança que estava no ensino regular com dificuldades de aprendizagem, outras para cada tipo de deficiência, essas classes se expandiram para outras escolas.

O trabalho de Educação Especial e a formação dos professores nessa modalidade começaram sem fundamentação teórica, tanto em Sergipe como no Brasil. Essa formação se deu por intermédio de curso esporádico e específico sem interligação com o conhecimento da criança comum. Os cursos de especialização promovidos inicialmente foram nas áreas de deficiência mental e distúrbios de aprendizagem e mais recentemente nas áreas de deficiência auditiva e visual.

Ainda no final da década de 1970 surge a sociedade de Ensino de Reabilitação Rosa Azul, a iniciativa em criar mais uma instituição se deu pelo fato de que as classes especiais dos estados estavam demorando ao inserir os alunos e diagnosticá-los.

A educação especial passa a ser preocupação universal e segundo Rita de Cassia (2005-81), Sergipe adiou até onde pôde suas responsabilidades usufruindo da comodidade da parceria, como o Centro de Reabilitação Ninota Garcia, APAE, Rosa Azul e etc, como se não fosse dever do estado atingir dentro de sua proposta educacional o atendimento a essa clientela tal e qual aos demais cidadãos sergipanos.

3.3. Educação Inclusiva

Os sistemas escolares permitem dividir os alunos em normais e deficientes, é preciso acabar com essas categorias, com as oposições excludentes. E adotar um novo modelo escolar para produzir a inclusão. Pela integração escolar, o aluno tem acesso às escolas por meio de um leque de possibilidades educacionais que vão do ensino regular ao ensino em escolas especiais. Na integração escolar, a escola não muda como um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído. Já a inclusão escolar implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência ou os

com dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular.

Segundo Morim (2001), chegamos a um impasse, pois, para se reformar a instituição, temos de reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições.

Nossas ações educativas tem como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais. Com isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora.

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, com isso, reduzindo à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essas são algumas das barreiras enfrentadas por quem defende a inclusão escolar. Estamos avançando, mas ainda com muitos impasses da legislação.

A constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso a permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art. 208, inciso V). A inclusão pegou as escolas de calças curtas, isso é óbvio, e o ensino fundamental parece ter sido o mais atingido por essa inovação. A inclusão se legitima, porque a escola para muitos alunos é o único espaço de acesso aos conhecimentos, esperamos que através dela possamos

desenvolver pessoas mais preparadas para viver a vida na sua plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras.

Para mudar as condições excludentes de nosso ensino escolar, inúmeros desafios enfrentam-se. Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar com urgência, é preciso recriar o modelo educativo, preparar os professores para trabalharem com a inclusão escolar. A inclusão não prevê a utilização de práticas específicas para esta ou aquela deficiência ou dificuldade de aprender. É respeitado os limites dos alunos e os professores trabalham conforme estas limitações. Para universalizar o acesso, a inclusão de todos, é preciso democratizar a educação.

4. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

4.1 - Educação Especial e Inclusiva no Município de Itabaianinha-SE

A secretaria de educação do município de Itabaianinha ainda não possui nenhum sistema educacional que reflète na educação das crianças com necessidades especiais. As crianças que possuem necessidades especiais que estão matriculadas na rede regular de ensino são encaminhadas para fazer uma espécie de reforço no turno contrario, sendo que no município citado possui quatro destas salas especiais.

Ao serem encaminhados para estas salas passam por um processo de avaliações, que seus resultados são enviados para o Centro de Referência de Aracaju, pois no município discutido não possui profissionais responsáveis por estes atos, e assim e feito uma análise por profissionais como psicólogos e psiquiatras avaliam e mandam descrito como cada professor deve trabalhar com aquele aluno. Os professores atuantes nas salas especiais fazem cursos de especializações, oferecidos pelo município para que auxiliar no trabalho com as crianças com necessidades educacionais especiais. O reforço que acontecem nas salas especiais é realizado duas vezes por semana com duração de duas horas de aula, é explicito o desinteresse dos professores ao tratarem destas crianças, pois se julgam despreparados ou até mesmo impacientes.

As escolas municipais que oferecem estas salas especiais de reforço são: Escola Municipal Oseas Carvalho Batista (funciona todas as terças e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal João Lima de Carvalho (funciona todas as segundas e quartas feira nos turnos manhã e tarde); Escola Municipal Prof. Antônio Aires do povoado Jardim (funciona à tarde) e Escola Manoel Joaquim de Oliveira Campos do povoado Ilha (funciona toda terça e quinta);

Durante entrevista com a professora da sala de recursos Josefa Firmiliana da

Conceição, ela afirmou que a criança só pode frequentar às salas especiais se estiver inserida no ensino regular, sendo atendida no contra turno, esse atendimento a depender da necessidade especial do aluno, pode durar até duas horas. O diagnóstico inicial é feito na escola regular, a partir das informações prestadas no ato da matrícula. No período de implantação do programa, a coordenadora foi em algumas escolas para saber se existia alguma criança com necessidades educacionais especiais e lá mesmo fazia o encaminhamento para a sala especial. O trabalho realizado nessa sala visa desenvolver a coordenação motora, psíquica, através de filmes, músicas, jogos no computador, brincadeiras variadas. Segundo a professora, o desenvolvimento das crianças atendidas, depende muito da necessidade especial de cada uma.

A docente responsável é formada em pedagogia e não tem especialização em educação especial, faz alguns cursos oferecidos pelo município, participa de encontros entre municípios promovidos pelas prefeituras para a troca de experiência no que se refere ao trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais. Atualmente, está participando de um curso, onde são abordados conteúdos como: Libras, Autistas, Déficit de Aprendizagem, Inclusão e Braile. Além das limitações metodológicas da professora, a mesma apresentou outras dificuldades como: falta de transporte, de recursos didáticos e de tecnologias assistivas, segundo ela, o programa deveria oferecer além do transporte, fonoaudiólogo, psicopedagogo, psiquiatra, psicólogos e dentistas, mas, isso não acontece na prática, o que fragiliza o trabalho. Nesse sentido, a docente afirma que:

“Se o trabalho é realizado com perfeição o aluno estimulado consegue evoluir, tenho atualmente vinte e cinco alunos na sala, somos duas professoras, esses alunos são divididos em dois horários por turno e atendemos duas vezes por semana, ainda assim, é possível perceber o progresso no desenvolvimento das crianças atendidas”.
(CONCEIÇÃO 2011).

Podemos perceber que, apesar das dificuldades encontradas pela falta de apoio do poder público, o trabalho está acontecendo, os professores estão comprometidos, necessário se faz que todos se conscientizem da importância desse trabalho e trate o assunto com a atenção que ele merece.

5. CONCLUSÃO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas com necessidades educacionais especiais, condutas típicas ou altas habilidades e, que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. De fato, nosso objetivo ao longo de todo trabalho aqui realizado, foi de justamente demonstrar e fazer uma avaliação sobre como é realizado o processo de desenvolvimento escolar desempenhado as pessoas com necessidades educativas especiais, onde este deixa de ser ocupante de posições discriminatórias, para tomar posse do direito a dignidade humana e ao reconhecimento de seu valor enquanto ser social.

A resolução concreta e definitiva dos problemas que afligem estas pessoas no Brasil, em Sergipe e no município de Itabaianinha depende da ação conjunta de toda a sociedade que deve buscar os caminhos mais variáveis para superação das condições existentes em cada realidade. A inclusão educacional é, certamente, o caminho definitivo para quebrarmos as barreiras do preconceito e da injustiça social, no caso das crianças com necessidades educacionais especiais escolas e os professores, precisam estar preparados para recebê-las e estimulá-las, para que consigam progresso no seu desenvolvimento cognitivo e na sua interação social. Esperamos que esse artigo venha a acrescentar positivamente a educação no Brasil, pois não podemos ficar calados diante dessa situação onde essas crianças tão especiais não estão sendo educadas e preparadas para a vida em sociedade. E nem a sociedade está sendo preparada para lidar com esses educandos.

Que esse artigo possa levar os leitores a uma reflexão e uma ação por parte de todos, que tanto os órgãos governamentais quanto os não governamentais e as universidades possam criar programas e políticas pedagógicas para capacitar professores e assim, beneficiar as pessoas com necessidades educacionais especiais, fazendo com que a sociedade brasileira aprenda a respeitar e valorizar a diversidade humana.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Temas em Educação Especial**. 3ª ed. Ed.WVA. Rio de Janeiro. 2003.

GONZALES, José Antônio. **Educação e Diversidade Bases Didáticas e Organizativas**. Ed. Artmed. Porto Alegre. 2002.

SANTANA, Juraci Costa. **Historia de Itabaianinha- A cidade dos anões**. Recife, 2003.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.150 p.(Série Hipótese) ISBN 8528300501

BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Org.). **Educação Especial: do querer ao fazer**. São Paulo: Avercamp, 2003.191 p. ISBN 8589311074

SOUZA, Rita de Cácia Santos; Universidade Tiradentes. **Educação Especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, lutas, dores e conquistas**. Aracaju, SE: UNIT, 2005. 188p.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. 172 p. ISBN 8589511325

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Sammus, 2006. 318 p. ISBN 853200782

ANEXOS

TÍTULO: O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE ITABAIANINHA

RELATO AUTOBIOGRÁFICO

APELIDO: _____

ANO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE ATUAÇÃO NO MAGISTÉRIO: _____

Prezado (a) Professor/Gestor (a),

Para viabilizar a minha pesquisa de TCC, que gerará um artigo científico na conclusão do Curso de Pedagogia, peço a sua contribuição respondendo o questionário abaixo, relatando a sua experiência com a Educação Especial.

Grata pela colaboração,

Paloma Guimarães Ferreira
Graduada Pedagogia/Unit

QUESTÕES

- 1 – Como a Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais é atendida nesse serviço? Quem encaminha?
- 2 – Qual a formação exigida para fazer o atendimento aos alunos? É satisfatória? Existe um programa de formação complementar para favorecer o trabalho com as PNEE'S?
- 3 – Quais as principais dificuldades encontradas no processo de inclusão?
- 5 – Em sua opinião, o desenvolvimento do aluno com necessidades educacionais especiais, depende da sua condição financeira?
- 5 – Você pode citar casos de sucesso no processo de ensino aprendizagem, diante do trabalho desenvolvido nesse serviço?
- 6 – Como você avalia o processo de inclusão no município de Itabaianinha?

GOVERNO DE SERGIPE
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
Rua Dom Bosco, 1207 – Bairro Suissa – Telfax 3179 2085

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA INICIAR O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

Sr(a) Responsável:

Para que possamos iniciar o processo de avaliação diagnóstica do seu filho(a), é importante que o(a) Sr.(a) traga os documentos abaixo assinalados com um (x)

- Caracterização pedagógica preenchida pela professora (caso esteja estudando);
- Relatório médico com CID (se tiver acompanhamento médico);
- 02 fotos 3x4;
- Cópia do Registro de Nascimento ou Carteira de Identidade;
- Cópia do comprovante de residência;
- Cópia da Identidade e CPF do responsável;

Obs: na primeira entrevista, basta vir à mãe. Não é necessário trazer a criança.

Aracaju, ____ / ____ / ____

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETARIO
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL DE SERGIPE
Rua Dom Bosco, 1.207 - Bairro Suissa - Telefax 3179 2085

Prezado (a) Professor (a),

A avaliação diagnóstica de uma criança ou adolescente é um processo complexo e exige a participação da família e a visão de profissionais de diversas áreas: médica, social, pedagógica, psicológica e fonoaudiológica. Assim, é muito importante que nos informe tudo que sabe sobre seu aluno, pois são estas informações a primeira avaliação do aluno dentro do processo diagnóstico. Ao final do processo de diagnóstico caso se faça necessário, nós entraremos em contato com você a fim de discutirmos o caso e chegarmos a um consenso. Para facilitar esta nossa comunicação, foi elaborado um roteiro para que você o preencha e nos envie. Em caso de dúvida, entre em contato conosco que teremos imenso prazer em atendê-lo(a).

Certos de sua compreensão e empenho, desde já agradecemos a sua colaboração neste processo de ajuda aos nossos alunos, lembrando a sua importância no processo diagnóstico da criança.

Atenciosamente,


VERA EMÍLIA SANTANA VILAR DELLAPARTE
Diretora do CREESE